



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Sara Patrícia Gonçalves Oliveira

**Violência nas Relações de Intimidade e o Impacto na
Parentalidade dos Perpetradores**

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Olga Cecília Soares da Cunha

fevereiro 2022



Sara Patrícia Gonçalves Oliveira

Violência nas Relações de Intimidade e o Impacto na Parentalidade dos Perpetradores

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto
Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime
Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto
No dia 03/02/2022, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

(Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Arguente: Professora Doutora Andreia Patrícia Guimarães Machado

(Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Orientadora: Professora Doutora Olga Cecília Soares da Cunha

(Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

fevereiro 2022

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que tal se compromete.

Agradecimentos

Inicialmente queria agradecer aos meus pais, primeiro por me terem dado a possibilidade de poder tirar um curso superior, depois pela paciência que tiveram comigo ao longo destes 5 anos de curso e por sempre terem feito os possíveis para me acompanharem e me motivarem.

Ao meu irmão Gonçalo, por me ver como um exemplo, de que um dia também irá conseguir concluir um curso superior, e apesar de me chatear muitas vezes, também me apoiou, incondicionalmente, ao longo deste desafio. Ao meu namorado, Augusto, pela motivação que me deu e pelas palavras ditas, de que eu era capaz de superar qualquer obstáculo.

Aos meus amiguitos de infância, por saberem o quão complicado foi para mim ter ingressado na faculdade enquanto os via a estabilizarem financeiramente. Obrigada pelo apoio e por me terem feito acreditar que o melhor ainda estava para vir.

À Prof.^a Dra. Olga Cunha, pela orientação e acompanhamento no decorrer desta dissertação. Obrigada pela ajuda e pelas risadas durante as reuniões, obrigada pelas palavras e pelos desafios que me foi dando. À Prof.^a Dra. Carla Antunes, por se ter tornado na professora que marcou estes anos de ensino, obrigada pela motivação e inspiração, que mesmo sem saber, me ia dando.

Por fim, às grandes amizades que esta rica e nobre universidade me deu, obrigada pela amizade, pelas sessões de estudo e partilha de momentos em que nos ajudávamos mutuamente.

Violência nas Relações de Intimidade e o Impacto na Parentalidade dos Perpetradores

Resumo

A violência nas relações de intimidade tem como intuito infligir propositadamente dano, induzir medo, subordinar, desvalorizar, fazer a vítima sentir-se incompetente através de práticas abusivas, sendo estas, a violência física, psicológica ou sexual. Sendo que, estas têm uma tendência para escalarem em frequência e intensidade com o passar do tempo (Matos, 2005, como citado em Sani, 2008). Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre a perpetração de VRI por homens e mulheres e as práticas educativas adotadas e compreender a relação entre a vivência de experiências abusivas na infância e adolescência e a perpetração de violência nas relações de intimidade na idade adulta e as práticas educativas. A amostra deste, inicialmente constituía 207 participantes, sendo que no fim, apenas foi constituída por 114 participantes. Relativamente aos instrumentos utilizados, recorreu-se ao Inventário de Violência Conjugal, ao Questionário de Experiências Adversas na Infância e Adolescência, ao Inventário de Práticas Educativas e à A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis. Tendo como principais resultados, o facto de que as quanto mais experiências adversas na infâncias e adolescência se associam à prática de comportamentos física e emocionalmente abusivos na intimidade. Os participantes que vivenciaram estas experiências adversas, também, têm uma maior tendência para praticar violência na intimidade. Em relação ao Inventário de Violência Conjugal, denotou-se que os participantes que praticam violência têm uma maior probabilidade de adotar práticas educativas abusivas com os seus filhos. Por fim, conclui-se que este estudo é inovador, uma vez que são poucos os estudos que investiguem a relação entre a perpetração de violência em relações de intimidade e as práticas educativas parentais entre os perpetradores.

Palavras-chave: *Violência nas relações de intimidade; Experiências adversas na infância e adolescência; práticas educativas abusivas; perpetração.*

Abstract

Violence among intimacy relationships has a purpose to deliberately inflict damage, induce fear, be a subordinate, depreciate and make the victim feel herself/himself incompetent through abusive power, especially physical, psychology or sexual violence. These ones have the tendency to frequently escalate with time (Matos, 2005, cited in Sani, 2008). The main objective of this research is the relationship between perpetration of intimate partner violence (IPV) by men and women and the educational practices that are adopted. It also aims to understand the relationship between the abusive experiences during childhood and adolescence, as well as the perpetration of violence among intimacy relationships in adulthood and its educational practices. The sample of this research, initially, was formed by 207 participants, in the end, it was only composed by 114 participants. In what the vehicles used are concerned, it was used the Marital Violence Inventory, the Adverse Childhood Experiences – ACE, the Educational Practices Inventory, and the Socially Desirable Response Set-5. The main results that were presented were the facts that the more adverse experiences in childhood and adolescence, the more abusive physical and emotional behaviors were associated. The participants who lived these adverse childhood experiences had also higher tendency to have violence in intimacy. In the Marital Violence Inventory, it was also clear that the participants who use violence, have a higher probability of adopting abuse educational action with their children. In conclusion, this research is very innovative, as there are few investigations that can relate the perpetration of violence among intimacy and parenting educational practices among the perpetrators.

Keywords: *Violence among intimacy relationships; adverse experiences during childhood and adolescence; abusive educational practices; perpetration.*

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo/Abstract.....	v
Introdução.....	1
Impacto da Violência nas Relações de Intimidade.....	2
Violência em relações de intimidade e parentalidade.....	4
Experiências adversas na infância, violência nas relações de intimidade e práticas parentais.....	9
Objetivos de estudo.....	11
Método.....	12
Amostra.....	12
Procedimentos.....	14
Instrumentos.....	14
Análise de Dados.....	16
Resultados.....	16
Discussão.....	31
Bibliografia.....	36

Introdução

A violência nas relações de intimidade (VRI) tem como intuito infligir propositadamente dano, induzir medo, subordinar, desvalorizar, fazer a vítima sentir-se incompetente através de práticas abusivas, sendo estas, a violência física, psicológica ou sexual (Matos, 2005, como citado em Sani, 2008). Estas práticas têm uma tendência para escalarem em frequência e intensidade com o passar do tempo (Matos, 2005, como citado em Sani, 2008). A violência é uma ocorrência complexa, que afeta pessoas de diferentes classes, caráter físico, idades, religiões e culturas, sendo considerada um problema grave de saúde pública devido aos danos físicos e psicológicos que provoca em pessoas do mundo inteiro (Ferreira et al., 2019). A interação de diversos fatores pode atuar sobre o comportamento das pessoas, tornando-as possíveis vítimas ou perpetradores de violência (Ferreira et al., 2019).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) mais de 30% das mulheres em todo o mundo sofrem de violência nas relações de intimidade (OMS, 2017). Uma em cada quatro mulheres e um em cada 10 homens que vivem nos Estados Unidos da América já experienciaram violência nas relações de intimidade em algum momento das suas vidas (Smith et al., 2018).

Apesar de diferentes estudos realizados na comunidade demonstrarem que a maioria da violência nas relações de intimidade é bidirecional (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012), o certo é que as estatísticas oficiais continuam a reportar prevalências superiores de violência do homem para com a mulher, sendo também esta a forma de VRI mais abordada na literatura (Simmons et al., 2010). Apesar disto é necessário reconhecer que os homens também são vítimas de violência, com taxas de prevalência de 29% (Chiesa et al., 2018). No século XXI verificou-se, ainda, um aumento notável no número de relatos de mulheres que perpetraram violência nas relações de intimidade (Cannon et al., 2019).

Impacto da violência em relações de intimidade nas crianças

Diferentes estudos vêm demonstrando de forma consistente que as experiências de violência nas relações de intimidade têm consequências negativas no desenvolvimento das crianças (Jeong et al., 2020). Crianças cujas mães são agredidas correm um risco acrescido de virem a desenvolver um conjunto de problemas, incluindo depressão, suicídio, ansiedade, atrasos no desenvolvimento, abuso de substâncias, comportamentos inadequados na escola, problemas escolares, problemas de saúde e comportamentos agressivos (Rothman et al., 2007). Os problemas na criança podem também incluir comportamentos negativos,

problemas cognitivos, sociais e emocionais ou até mesmo psicopatologia (Osofsky, 2003). Problemas nos pais também podem levar a mal adaptação das crianças (Osofsky et al., 2000). Crianças que testemunharam violência entre os seus pais estão mais propensas a experimentar ou perpetrar violência em adultos (Fulu et al., 2017) e/ou a ser física e sexualmente abusadas (Holt et al., 2008). Estima-se que pelo menos 3,3 milhões de crianças presenciem abusos físicos e verbais entre os pais a cada ano, incluindo insultos, golpes e ataques fatais com armas e facas (Osofsky, 2003). Existe uma grande preocupação para com estas crianças, uma vez que estas estão em maior risco de se tornarem vítimas ou perpetradoras de violência à medida que vão crescendo. Estes potenciais resultados podem ser agravados pelo facto de as crianças não terem a proteção necessária que geralmente é fornecida por um ambiente doméstico seguro (Osofsky, 2003). Um estudo realizado por Osofsky (2003) encontrou que crianças mais novas e mais dependentes dos cuidadores apresentam uma probabilidade maior de experienciarem violência. Por exemplo, crianças com menos de 5 anos, em comparação com crianças mais velhas, estão mais propensas a se exporem a múltiplos incidentes de violência e ao abuso de substâncias. Estas crianças mais novas podem estar mais vulneráveis a efeitos prejudiciais de violência porque as mesmas não desenvolveram a capacidade de entender o trauma da mesma forma que as crianças mais velhas (Osofsky, 1999). Para além disto, é importante reconhecer que as crianças mais pequenas, apesar da vulnerabilidade das mesmas, podem estar parcialmente protegidas da exposição a um acontecimento traumático, uma vez que não entendem completamente o perigo (Osofsky, 1999).

As crianças aprendem por aquilo que observam. Elas aprendem, ao estarem expostas a violência, que este tipo de comportamentos é aceitável e permitido. Para além disto, elas também aprendem uma mensagem confusa, sendo ela que as pessoas que supostamente deveriam protegê-las e cuidar delas também as colocam em perigo (Osofsky, 2003). O relatório *Massachusetts Coalition of Battered Women Service Groups* (1995) demonstrou que as crianças aprendem *a)* que a violência é uma forma apropriada de resolver os conflitos; *b)* que a violência faz parte das relações familiares; *c)* que o perpetrador de violência nas relações de intimidade muitas vezes fica impune; e *d)* que a violência é uma forma de controlar as outras pessoas. Sendo assim, as crianças não veem apenas violência, elas também aprendem como a violência é aplicada nas relações de intimidade (Margolin, 1998).

Para os adolescentes que estiveram expostos a violência no início das suas vidas, ser violento pode ter um significado diferente. Crianças que foram expostas a violência quando

eram mais novas, comparadas com aquelas que não estiveram expostas a algum tipo de violência, podem lidar com a agressão, sexualidade e intimidade de forma muito diferente quando atingem a adolescência. Estas experiências precoces podem impactar negativamente as suas capacidades de formar relações e influenciar a sua parentalidade quando estes forem adultos (Osofsky, 1997, como citado em Osofsky, 2003).

Violência em relações de intimidade e parentalidade

A exposição a violência interparental pode também impactar as crianças de forma indireta, na medida em que a VRI pode condicionar a parentalidade e as relações pais-filhos, as quais são fundamentais para o desenvolvimento adaptativo das crianças. De facto, tanto os perpetradores de violência nas relações de intimidade como as vítimas têm um alto risco de abusarem dos seus filhos (Cannon et al., 2019). Vários estudos conduzidos nos últimos anos têm enfatizado a importância das relações pais-filhos, especificamente os padrões de vinculação que as crianças demonstram ter com as figuras paternas no seu bem-estar e desenvolvimento normativo (Linder et al., como citado em Hassija et al., 2017).

As relações entre pais e filhos baseiam-se na interação que as crianças mantêm com os seus pais e no quanto a criança pode confiar nos seus pais para satisfazer as suas necessidades. Crianças cujos pais estão atentos às suas necessidades e estão disponíveis para as atenderem tendem a desenvolver um estilo de vinculação seguro. Já aquelas cujos pais não atendem às suas necessidades podem desenvolver um vínculo caracterizado pela ansiedade e comportamentos ambivalentes (Bowlby, 1973 como citado em Hassija et al., 2017). Estudos sobre relações paternas e violência nas relações de intimidade revelam que uma ligação paternal positiva pode assumir um papel importante no risco de envolvimento em violência nas relações de intimidade (Hassija et al., 2017).

Viver num ambiente familiar hostil e violento é extremamente debilitante, afetando as mães e os pais de forma direta, através dos abusos físicos e psicológicos, e indireta, interferindo com a capacidade de gestão da relação com os seus filhos, com a qualidade da vinculação e o nível de ajustamento das crianças (Levendosky et al., 2003). Mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade podem experienciar baixa autoestima, depressão, ansiedade e sentimentos de impotência e culpa (Sani, 2011). Os problemas mentais muitas vezes vivenciados pelas mães vítimas de VRI, em particular os sintomas de stress pós-traumático, têm sido associados a práticas educativas negativas para com os filhos (Levendosky et al, 2003). Stressores adicionais na vida das mulheres agredidas, alguns dos quais relacionados com a violência, como a mudança de casa, a separação do companheiro,

a perda de emprego, podem causar pressão adicional na mulher e como consequência aumentar os sintomas de trauma e depressão, o que pode, por sua vez, impactar de forma significativa a parentalidade (Levendosky et al., 2003; como citado em Sani, 2008). Pais e mães que estão cientes de que não são capazes de proteger os seus filhos da violência têm uma grande probabilidade de se sentirem frustrados e indefesos (Osofsky, 2003). Para além disto, quando os pais são expostos a violência, ou eles mesmos são vítimas da mesma, estão mais suscetíveis a ter dificuldades em estarem emocionalmente disponíveis, serem mais sensíveis ou mais responsivos com os seus filhos. Sendo assim, estes pais, que normalmente são fonte de proteção e carinho, podem não estar capazes de o fazer quando se vêm expostos à violência ou são vítimas da mesma (Osofsky, 2003).

Algumas mães descrevem que o stress parental está associado à violência nas relações de intimidade, reconhecendo que são necessários alguns esforços para controlar os comportamentos dos filhos, isto para tentar evitar que os comportamentos dos mesmos antagonizem o parceiro (Lapierre, 2010). Mães vítimas de violência podem tornar-se incongruentes em termos parentais por causa do abuso que sofrem (Hester et al., 2002, como citado em Sani, 2008). Para as mulheres a violência nas relações de intimidade aumenta o risco de as mesmas serem abusivas para com os seus filhos (Straus & Gelles, 1990, como citado em Osofsky, 2003). Em alguns casos a relação que as mães têm com os seus filhos pode ser afetada de uma forma muito negativa, sendo que algumas mães passam a adotar comportamentos coercivos como uma estratégia parental para lidar com os filhos, minimizando ou evitando que o companheiro tenha atitudes mais severas. Um estudo de Levendosky e Graham-Bermann (2000) revelou que o abuso físico e psicológico praticado pelo parceiro pode tornar as mães menos calorosas para com os seus filhos devido à violência de que são vítimas (Levendosky et al, 2003).

Pese embora a já extensa literatura focada na relação entre a VRI e a parentalidade em mulheres vítimas, os estudos com homens perpetradores de VRI são mais escassos. Uma vez que muitas crianças continuam a manter contacto com os seus pais abusivos, mesmo após a separação dos pais, e que nem todos os homens que perpetraram violência nas relações de intimidade são abusivos para com os seus filhos (Burnette et al., 2015), torna-se então fundamental compreender o papel da perpetração de VRI na relação de pais ofensores com os seus filhos.

De facto, uma grande percentagem dos homens que foram presos ou encaminhados para programas de intervenção por VRI são pais que continuam a viver ou estão em constante

contacto com os seus filhos, apesar da violência (Stover, 2013). A investigação demonstra que homens com um historial de violência nas relações de intimidade continuam a ter um papel importante na vida dos seus filhos. Num estudo realizado na comunidade, 68% das vítimas referiam que os seus filhos se mantinham em contacto com o seu pai agressivo (Stover, 2013). À semelhança, um estudo realizado numa pré-escola concluiu que as crianças que não tinham contacto ou que tinham um contacto limitado com os seus pais violentos apresentavam níveis mais altos de depressão e ansiedade do que aquelas que contactavam os seus pais agressivos com regularidade (pelo menos uma vez por semana; Stover et al., 2003). Crianças em idade pré-escolar, especialmente meninos, que viam os pais com maior regularidade tinham menos representações negativas das suas mães (Stover et al., 2006).

Há estudos que mostram que pais ofensores reconhecem o efeito negativo dos abusos por si praticados contra a parceira nos seus filhos. Estes também admitem que a sua relação com os seus filhos é negativa devido à exposição destes à violência por si praticada (Rothman et al., 2007). Os mesmos exprimem mais frequentemente remorsos e afirmam pretender cessar o seu uso de violência principalmente pelo motivo de darem um melhor exemplo aos seus filhos (Fox et al., 2001). Num estudo realizado por Rothman et al. (2007) encontrou-se que 53% dos pais mencionaram sentir-se preocupados com os efeitos a longo-prazo da sua violência, ou seja, mostraram-se apreensivos com os efeitos que a mesma possa ter nos seus filhos. 62% destes pais demonstraram preocupação em relação à possibilidade de as suas filhas raparigas serem abusadas mais tarde nas suas vidas como consequência dos seus comportamentos violentos, e também se apresentaram inquietos em relação à eventualidade de os seus filhos rapazes poderem tornar-se agressores. Outro fator relevante que foi encontrado neste estudo é que 45% destes pais ofensores reportaram que o seu comportamento violento afeta negativamente as competências parentais da sua parceira (Rothman et al., 2007).

De facto, vários autores argumentam que os homens que perpetram violência na intimidade e que reconhecem o impacto da sua violência e do conflito interparental nas suas crianças apresentam uma menor probabilidade de transmissão de violência nas relações de intimidade entre gerações (Guille, 2004). Além disso, a preocupação dos homens sobre o impacto da violência nos seus filhos pode ser um fator de motivação poderoso para procurar ou manter a intervenção (Stover, 2013). Estudos sugerem que a parentalidade pode ser um potencial motivador de mudança para os homens que perpetram violência. A este respeito, Perel e Peled, 2008 concluem que a maioria dos pais desejam relacionamentos mais

afetuosos, envolvidos e conectados com os seus filhos. Isto é consistente com um estudo realizado por Fox et al., 2001 que revela que os homens experienciam uma quantidade significativa de vergonha, culpa e remorsos quando pensam sobre o mal que podem ter causado aos seus filhos. Também há evidências que muitos pais desejam proteger os seus filhos da sua própria raiva (Stover et al., 2012).

Se o contacto entre pai/ofensor e filho decorrer de forma segura, as vítimas de violência nas relações de intimidade que estão separadas do seu ofensor podem querer que estes se mantenham presentes na vida dos seus filhos. Por exemplo, a vítima pode continuar a confiar os cuidados das crianças, ou pode reconhecer que o seu filho ama e sente falta do progenitor abusivo e sente-se esperançosa para que ambos consigam manter uma relação positiva (Rothman et al., 2007).

Não obstante o anteriormente exposto, outros estudos mencionam que pais perpetradores de VRI estão mais propensos a utilizar práticas negativas na educação dos seus filhos (Peled, 2000, como citado em Cannon et al., 2019) e a perpetrar violência contra os seus filhos (Cannon et al., 2019) e que também podem tentar prejudicar a parentalidade das suas parceiras (Simmons et al., 2010). Uma meta-análise procurou explorar a hipótese da repercussão, incluindo perpetradores e vítimas, tendo demonstrado que o conflito parental se associa a uma paternidade negativa, níveis mais elevados de disciplina rigorosa e níveis mais baixos de aceitação (Krishnakumar et al., 2000). Homens agressores também podem comprometer o bem-estar das crianças de várias outras formas, sendo estas, através de negligência, manipulação com os próprios filhos ou manipularem as capacidades da mãe de desempenharem o seu papel (Rothman et al., 2007).

Numa revisão da literatura é sugerido pelos autores que os pais que praticam violência podem estar menos preocupados com os efeitos da mesma nos seus filhos (Rothman et al., 2007). Outros estudos demonstram que estes pais estão menos empenhados na estimulação dos seus filhos e que podem, inclusive, estender os seus comportamentos violentos para os mesmos (Jeong et al., 2020).

Experiências adversas na infância, violência nas relações de intimidade e práticas parentais

É já extensa a literatura que procura explicar o porquê de homens (e mulheres) perpetrarem violência nas relações de intimidade. Homens que experienciaram negligência, abusos sexuais ou emocionais durante a sua infância têm um risco mais elevado de

perpetrarem violência nas relações de intimidade, violação e agressão sexual (Fulu et al., 2017). Num estudo realizado por Fulu et al. (2017) concluiu-se que as duras práticas parentais por parte dos pais ofensores estão mais associadas com o facto de as suas mães terem utilizado estas mesmas práticas com eles. Estas práticas abusivas também podem estar associadas com o baixo nível-socioeconómico e a experiência de maus-tratos quando eram crianças. Este mesmo estudo demonstrou que homens que enfrentaram abusos físicos ou sexuais em crianças e homens que experienciaram múltiplos tipos de maus-tratos tinham uma maior probabilidade de perpetrar violência mais tarde nas suas vidas. O estudo de Fulu et al. também revelou que o testemunho dos abusos na sua mãe estava, direta e indiretamente, associado com a violência nas relações de intimidade. Estudos anteriores encontraram que os homens que experienciaram violência na infância estavam mais propensos a abusar do álcool do que aqueles que não foram expostos a violência, e que o uso indevido do álcool é um fator de risco para a perpetração de violência (García-Moreno et al., 2014).

Um estudo de Morris et al. (2021) revelou haver uma correlação entre as experiências adversas na infância e adolescência e as práticas parentais abusivas. Querendo isto dizer que, os progenitores que vivenciaram experiências adversas na sua infância e/ou adolescência tinham uma maior probabilidade de utilizarem práticas educativas abusivas (Chung et al., 2009).

Ainda relativamente às experiências adversas na infância e adolescência, um estudo de Lange et al. (2019) revelou que as experiências adversas que uma mãe vivencia na infância e adolescência estão associadas positivamente com o stress parental. Devido aos elevados níveis de stress que estas mães experienciam devido às vivências adversas na infância e devido à subsequente desregulação deste stress, é possível que as suas práticas educativas sejam afetadas (Lange et al., 2019). Alguns estudos de Putallaz et al., 1998 demonstram que os pais atuais tendem a utilizar estratégias parentais muito similares que estes mesmos experienciaram na sua infância (Putallaz et al., 1998 cit como em Gonzalez, 2019).

Um estudo realizado por Gonzalez, 2019 revela que o stress parental é um preditor consistente de práticas educativas negativas, como por exemplo, pobre supervisão, disciplina inconsistente e abusos físicos.

Objetivos do estudo

Face ao anteriormente exposto e dada a escassez de estudos no contexto português focados na parentalidade de homens e mulheres perpetradores de VRI, o presente estudo tem como objetivos analisar a relação entre a perpetração de VRI por homens e mulheres e as práticas educativas adotadas. Este também tem o intuito de compreender/analisar a relação entre a vivência de experiências abusivas na infância e adolescência e a perpetração de violência nas relações de intimidade na idade adulta e as práticas educativas.

Com base nos objetivos propostos e na revisão da literatura desenvolveram-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Perpetradores de violência nas relações de intimidade tendem a recorrer a práticas educativas mais desajustadas dos que não perpetradores.

Hipótese 2: Há uma correlação positiva entre as experiências adversas na infância e adolescência e a adoção de práticas educativas inadequadas na idade adulta;

Hipótese 3: Há diferenças entre os géneros na forma como praticam a sua parentalidade;

Hipótese 4: Há relação entre as experiências abusivas na infâncias e adolescência e a perpetração de violência nas relações de intimidade.

Hipótese nula: Perpetrar violência nas relações de intimidade não influencia a forma como o ofensor desempenha a sua parentalidade.

Método

Amostra

A amostra do presente estudo trata-se de uma amostra de conveniência de indivíduos da comunidade com filhos menores de 18 anos. Este estudo contou com uma amostra inicial de 207 participantes. No entanto, visto que um número considerável de sujeitos não respondeu a todos os questionários, a amostra final foi constituída por 114 participantes (cf. Tabela 1). A mesma é composta por 13 participantes (11,4%) do sexo masculino e 101 (88,6%) do sexo feminino. A idade média da amostra é de 38.73 anos ($DP = 7.45$), variando entre os 21 e 54 anos. Relativamente às habilitações académicas dos participantes, 6 (5,3%) possuíam o segundo ciclo (6º ano), 17 (14,9%) o terceiro ciclo (9º ano), 19 (16,7%) o ensino secundário (12º ano), 6 (5,3%) o ensino pós-secundário (cursos de especialização tecnológica, nível IV), 36 (31,6%) uma licenciatura, 17 (14,9%) mestrado, e por último, 13 (11,4%) tinham um doutoramento.

Relativamente ao estado civil, 12 (10,5%) participantes eram solteiros, 89 (78,1%) eram casados ou viviam em união de facto, 11 (9,6%) estavam separados ou divorciados, 1 (0,9%) estava viúvo(a). 101 (88,6%) participantes referiram encontra-se numa relação de intimidade, com uma média de duração de há 13.07 ($DP = 6.49$).

Relativamente ao nível socioeconómico (NSE) dos participantes, 16 (14%) classificaram o seu nível como baixo, 32 (28,1%) médio-baixo, 54 (47,4%) médio, 11 (9,6%) médio-alto.

Tabela 1. Dados Sociodemográficos da Amostra (N = 114)

Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	13	11.4%
Feminino	101	88.6%
Escolaridade		

6.º ano	6	5.3%
9.º ano	17	14.9%
12.º ano	19	16.7%
Curso de especialização tecnológica	6	5.3%
Licenciatura	36	31.6%
Mestrado	17	14.9%
Doutoramento	13	11.4%
Estar num relacionamento		
Sim	101	88.6%
Não	13	11.4%
Estado civil		
Solteiro/a	12	10.5%
Casado/a /União de facto	89	78.1%
Separada/o /Divorciada/o	11	9.6%
Viúva/o	1	0.9%
Prefiro não responder	1	0.9%
Nível Socioeconómico		
Baixo	16	14.0%
Médio-baixo	32	28.1%
Médio	54	47.4%
Médio-alto	11	9.6%

Procedimentos

Numa fase inicial, o projeto de investigação foi submetido à Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC) da Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto da Universidade Lusófona do Porto. Após aprovação, os questionários foram inseridos na plataforma online Qualtrics. O link para o preenchimento do estudo foi posteriormente divulgado através de diferentes meios, nomeadamente emails e redes sociais (ex., Facebook, LinkedIn).

Antes de responderem aos questionários, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e que a sua participação seria anónima e confidencial, não sendo recolhido qualquer elemento identificativo. Estes assinaram um consentimento informado online e não receberam qualquer incentivo ou recompensa pela participação no estudo.

Instrumentos

Os dados foram recolhidos a partir de diferentes instrumentos de autorrelato.

O Inventário de Violência Conjugal (IVC; Machado et al., 2007) permite avaliar a prevalência de comportamentos de violência física e emocional perpetrados e recebidos pelos parceiros e a frequências em que ocorrem estes atos. Este instrumento é composto por 21 itens e avalia comportamentos de violência física (ex., pontapés, estalos, murros) e de violência psicológica (ex., ameaças e insultos), numa escala de 3 pontos (0 = nunca, 1 = uma vez, e 2 = mais do que uma vez). Quanto maior for a pontuação, maior é a frequência da violência.

O Questionário de Experiências Adversas na Infância (ACE; Feliti et al., 1998, versão portuguesa de Silva & Maia, 2008) é um questionário de autorrelato que avalia a ocorrência de experiências adversas na infância e adolescência (i.e., até aos 16 anos de idade). Este questionário é composto por 17 itens, respondidos através de respostas dicotómicas (sim/não), que avaliam 10 tipos de abuso (e.g., abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligência emocional, negligência física, divórcio/separação parental, exposição a violência doméstica, abuso de substâncias no ambiente familiar, doença mental ou suicídio e prisão de um membro familiar), agrupados em três escalas: abuso, disfunção e negligência. Neste instrumento, o total da escala surge da soma dos diferentes itens, pelo que quanto maior o valor maior o número de experiências adversas.

O Inventário de Práticas Educativas Parentais (IPE; Machado et al., 2008) é composto por 29 itens e permite identificar o tipo de práticas educativas que os sujeitos utilizam durante o ano anterior à aplicação da escala. Este inventário avalia cinco tipos de práticas educativas: práticas educativas adequadas, práticas educativas inadequadas embora não sejam abusivas, práticas punitivas, práticas emocionalmente abusivas e práticas fisicamente abusivas. O questionário encontra-se organizado em duas partes. Na Parte A é pedido aos participantes que indiquem se utilizaram estas práticas durante o último ano de acordo com 4 opções de resposta: “nunca usei”, “usei uma única vez”, “uso/usei menos do que uma vez por mês” e se “uso/usei mais do que uma vez por mês”. Na Parte B os participantes são questionados se consideram as práticas educativas adequadas ou inadequadas. Tendo por base, neste estudo apenas se vai utilizar a parte A deste instrumento.

A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis - 5 (SDRS-5; Hays et al., 1989, versão portuguesa de Pechorro et al., 2018) é uma escala de autorresposta composta por 5 itens e que visa avaliar a desejabilidade social. Cada item é cotado numa escala de Likert de 5 pontos, desde Totalmente verdadeiro até Totalmente falso. Para a presente amostra o valor do alfa de *Cronbach* é de .54.

Análise de dados

Para analisar dos dados recorreu-se ao Software estatístico SPSS versão 28. Recorreu-se a estatística descritiva para caracterizar a amostra e para testar as hipóteses utilizou-se estatística inferencial. Para a análise descritiva dos resultados aplicaram-se medidas de tendência central e de dispersão. Utilizou-se o teste-t para realizar as análises de diferenças entre os diferentes grupos nas diferentes variáveis. Também se recorreu aos testes de correlação Ponto Bisserial e de Pearson para verificar se existem correlações entre as diferentes variáveis.

Resultados

Relativamente aos resultados, em primeiro lugar irão ser apresentados os dados respetivos à estatística descritiva dos diferentes instrumentos aplicados aos participantes para de seguida se apresentar os resultados referentes à testagem das hipóteses. Na tabela 2 encontram-se as médias, os desvios-padrão, o mínimo e o máximo das diferentes variáveis usadas no estudo.

Da análise dos dados é possível perceber que as práticas adequadas são aquelas que apresentam uma maior frequência, seguidas das práticas inadequadas, mas não abusivas. As práticas desajustadas, quer abusivas ou potencialmente abusivas, são as que apresentam uma menor frequência. Quanto ao IVC, tendo em conta o total possível (i.e., 40), as frequências na presente amostra revelam-se baixas, assim como as referentes ao ACE, pelo que uma percentagem pequena de participantes relata experiências adversas na infância e refere recorrer a comportamentos abusivos nas relações de intimidade na idade adulta. Já os valores acima do ponto médio no SDRS-5 sugerem que os participantes tendem a responder de forma socialmente desejável aos itens.

Tabela 2. Análise Descritiva dos Instrumentos Utilizados

	Número	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IPE Comportamento Fisicamente Abusivo	103	.16	.76	.00	7.0
IPE Comportamento Emocionalmente Abusivo	103	.23	.77	.00	5.00
IPE Punição Física	103	1.90	2.23	.00	10.00
IPE Comportamentos que podem ser	102	.28	.88	.00	7.00

fisicamente abusivos					
IPE Práticas Adequadas	103	10.14	2.44	5.00	15.00
IPE Práticas Inadequadas	103	2.83	1.97	.00	8.00
IVC Perpetração Total	110	1.06	2.83	.00	22.00
IVC Violência Física	110	.35	1.45	.00	14.00
IVC Violência Psicológica	110	.71	1.73	.00	8.00
ACE Total	114	2.09	2.81	.00	16.00
ACE Abuso	114	.88	1.45	.00	6.00
ACE Negligência	114	.42	.85	.00	4.00
ACE Disfunção	114	.80	1.17	.00	6.00
SDRS-5 Total	114	17.71	2.62	10.00	25.00

Nota. IPE – Inventário de Práticas Educativas; IVC – Inventário de Violência Conjugal; ACE – Questionário de Experiências Adversas na Infância; SDRS-5 – Escala de Respostas Socialmente Desejáveis.

Analizadas de forma individual cada uma das práticas educativas adotadas pelos progenitores da amostra (Tabela 3), foi possível perceber que as práticas mais utilizadas são “elogiar a criança quando se porta bem” (83.3%), “dar concelhos” (73.7%) e “explicar à criança o que fez mal (63.2%). A prática educativa adequada menos utilizada pelos progenitores é “mandar a criança para o quarto, sem fechar a porta” (51.8%).

No que diz respeito às práticas inadequadas estes tendem a utilizar a prática “a mãe ameaçar a criança que o pai lhe vai bater” (ou vice-versa), apesar de 71.1% dos progenitores salientar nunca ter utilizado esta prática, 10.5% revelaram usar menos do que uma vez por mês e 7% mencionaram terem utilizado esta prática pelo menos uma única vez. A prática “dar palmadas na mão, braço ou perna” é outra estratégia inadequada onde 10.5% dos progenitores usaram uma única vez e 2.6% utilizaram mais do que uma vez por mês. “Dar

várias bofetadas” é outra prática inadequada onde 4.4% refere ter utilizado pelo menos do que uma vez por mês e 3.5% usaram uma única vez.

As práticas que grande parte dos progenitores não utilizam são: “dar um murro ou pontapé” (88.6%), “fechar num quarto à chave” (87.7%), “fechar num quarto escuro” (88.6%), “abandar ou sacudir a criança com força (crianças com menos de 2 anos de idade)” (87.7%), “abandar ou sacudir a criança com força (crianças com mais de 2 anos de idade)” (86.8%), “bater no rabo com um objeto duro” (86%) e “dar uma sova com a mão” (83.3).

Os resultados mostram que a maioria dos progenitores não utiliza estratégias fisicamente abusivas como estratégias educativas, sendo que apenas 3.5% destes mencionam que batem aos seus filhos com outros objetos. Relativamente às práticas emocionalmente abusivas, repete-se o que foi mencionado acima, a maioria dos pais também não utilizam comportamentos emocionalmente abusivos como estratégia educativa, sendo que apenas temos 4.4% a assumir utilizar insultos menos do que uma vez por mês.

Tendo em conta os comportamentos que podem ser fisicamente abusivos, já não se verifica tanto consenso, apesar de uma grande percentagem de progenitores, também, não utilizar estes comportamentos, alguns deles ainda o fazem, como por exemplo 3.5% referem dar uma sova aos filhos pelo menos uma vez por mês, e 4.4% mencionam dar várias bofetadas pelo menos uma vez por mês. Já na punição física denota-se uma maior discrepância entre os resultados, ou seja, vários progenitores utilizam a punição física como estratégia educativa. Na tabela podemos perceber que 22.8% destes pais bateram no rabo dos filhos com a mão pelo menos uma vez por mês, e 16.7% dão palmadas na mão, cabeça ou pernas.

Por fim, a respeito das práticas adequadas denota-se que a maior parte dos progenitores utilizam estas estratégias várias vezes por mês, há exceção da estratégia “mandar a criança para o quarto sem fechar a porta”, que 51.8% dos progenitores refere nunca ter utilizado. Já nas práticas inadequadas temos uma maior variedade de resultados, sendo que há um resultado que se destaca, pois 20.2% dos pais revela dar sermões aos filhos mais do que uma vez por mês.

Tabela 3. Tabela IPE dividida em 4 escalas com os comportamentos.

IPE	n	%
Comportamentos Fisicamente Abusivos		
1. Dar murro ou pontapé		
- Nunca usei	101	88.6%
- Usei menos do que uma vez por mês	1	0.9%
2. Bater deixando marcas		
- Nunca usei	100	87.7%
- Usei menos do que uma vez por mês	1	0.9%
- Usei uma única vez	1	0.9%
3. Bater com outros objetos		
- Nunca usei	97	85.1%
- Usei menos do que uma vez por mês	4	3.5%
4. Atirar objetos		
- Nunca usei	99	86.8%
- Usei menos do que uma vez por mês	2	1.8%
5. Abanar ou sacudir com força (crianças com menos de 2 anos)	100	87.7%
- Nunca usei	2	1.8%
- Usei menos do que uma vez por mês		
6. Bater deixando ferimentos.	99	86.8%
- Nunca usei	1	0.9%
- Usei menos do que uma vez por mês		
Comportamentos Emocionalmente Abusivos		

1. Insultar		
- Nunca usei	94	82.5%
- Usei menos do que uma vez por mês	5	4.4%
- Usei uma única vez	2	1.8%
- Usei mais do que uma vez por mês	2	1.8%
2. Dizer que não se gosta da criança		
- Nunca usei	101	88.6%
- Usei menos do que uma vez por mês	1	0.9%
3. Dizer à criança que nunca devia ter nascido		
- Nunca usei	101	88.6%
- Usei menos do que uma vez por mês	1	0.9%
4. Fechar num quarto à chave		
- Nunca usei	100	87.7%
- Usei menos do que uma vez por mês	2	1.8%
- Usei uma única vez	1	0.9%
5. Fechar num quarto escuro		
	101	88.6%
- Nunca usei	2	1.8%
- Usei menos do que uma vez por mês		
Comportamentos que podem ser fisicamente abusivos		
1. Dar uma sova		
- Nunca usei	95	83.3%
- Usei menos do que uma vez por mês	4	3.5%
- Usei uma única vez	3	1.8%

- Usei mais do que uma vez por mês	1	0.9%
2. Dar várias bofetadas		
- Nunca usei	92	80.7%
- Usei menos do que uma vez por mês	5	4.4%
- Usei uma única vez	4	3.5%
3. Abanar ou sacudir com força (crianças com mais de 2 anos)	99	86.8%
- Nunca usei	2	1.8%
- Usei menos do que uma vez por mês	1	0.9%
- Usei uma única vez		
Punição Física		
1. Bater no rabo com a mão		
- Nunca usei	45	39.5%
- Usei menos do que uma vez por mês	26	22.8%
- Usei uma única vez	23	20.2%
- Usei mais do que uma vez por mês	9	7.9%
2. Dar palmadas na mão, cabeça ou pernas		
- Nunca usei	68	59.6%
- Usei menos do que uma vez por mês	19	16.7%
- Usei uma única vez	12	10.5%
- Usei mais do que uma vez por mês	3	2.6%
3. Puxar as orelhas		
- Nunca usei	90	78.9%
- Usei menos do que uma vez por mês	9	7.9%

- Usei uma única vez	3	2.6%
4. Bater no rabo com um objeto duro		
- Nunca usei	98	86.0%
- Usei menos do que uma vez por mês	2	1.8%
- Usei uma única vez	2	1.8%
Práticas Adequadas		
1. Explicar à criança o que fez mal		
- Nunca usei	2	1.8%
- Usei menos do que uma vez por mês	2	.8%
- Usei uma única vez	25	21.9%
- Usei mais do que uma vez por mês	75	63.2%
2. Dar conchinhos		
- Nunca usei	5	4.4%
- Usei menos do que uma vez por mês	1	0.9%
- Usei uma única vez	11	9.6%
- Usei mais do que uma vez por mês	84	73.7%
3. Elogiar a criança quando se porta bem		
- Nunca usei	1	0.9%
- Usei menos do que uma vez por mês	7	6.1%
- Usei uma única vez	95	83.3%
4. Castigar a criança retirando-lhe as coisas de que gosta		
- Nunca usei	37	32.5%
- Usei menos do que uma vez por mês	15	13.2%
- Usei uma única vez	32	28.1%

- Usei mais do que uma vez por mês	17	14.9%
5. Mandar a criança para o quarto sem fechar a porta		
- Nunca usei	59	51.8%
- Usei menos do que uma vez por mês	20	17.5%
- Usei uma única vez	17	14.9%
- Usei mais do que uma vez por mês	6	5.3%
Práticas Inadequadas		
1. Dar “sermões”		
- Nunca usei	25	21.9%
- Usei menos do que uma vez por mês	16	14.9%
- Usei uma única vez	38	33.3%
- Usei mais do que uma vez por mês	23	20.2%
2. Ameaçar a criança de que se lhe vai bater		
- Nunca usei	49	43.0%
- Usei menos do que uma vez por mês	25	21.9%
- Usei uma única vez	25	21.9%
- Usei mais do que uma vez por mês	4	3.5%
3. A mãe ameaçar a criança que o pai lhe vai bater (ou vice-versa)		
	81	71.1%
- Nunca usei	12	10.5%
- Usei menos do que uma vez por mês	8	7.0%
- Usei uma única vez		
4. Dizer “se te portares mal não gosto de ti”	93	81.6%
- Nunca usei	6	5.3%

- Usei menos do que uma vez por mês	3	2.6%
- Usei uma única vez	1	0.9%
- Usei mais do que uma vez por mês		

No que respeita às correlações entre as diferentes variáveis, das análises realizadas (cf. Tabela 4), é possível perceber que as experiências adversas (i.e., ACE), se correlacionam de forma significativa com o a perpetração de violência total, violência física e violência psicológica em relações de intimidade, sendo que mais experiências adversas na infância se associam à prática de comportamentos física e emocionalmente abusivos na intimidade.

Ainda relativamente ao ACE, este tem correlações estaticamente significativas com o IPE comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos. Isto significa que os participantes que vivenciaram experiências adversas na infância e adolescência têm uma maior tendência para utilizar comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos como estratégia educativa parental.

Em específico no que respeita às práticas educativas parentais, verificou-se que as estratégias fisicamente abusivas se correlacionam com o IVC Perpetração Total e com o IVC Violência Psicológica. Isto significa que os participantes que utilizam comportamentos fisicamente abusivos com os seus filhos também tendem a perpetrar violência em relações de intimidade com mais frequência, e em particular violência psicológica. Em relação aos Comportamentos Emocionalmente Abusivos (IPE), estes correlacionam-se significativamente com o IVC Violência Psicológica, significando que os participantes que utilizam violência psicológica contra os/as parceiros/as têm uma maior tendência para utilizar estratégias emocionalmente abusivas com os seus filhos. Relativamente à Punição Física, esta apresenta uma correlação estatisticamente significativa com o IVC Perpetração Total e com o IVC Violência psicológica. Sendo assim, isto significa que os participantes que utilizam a punição física como estratégia educativa parental, também tendem a perpetrar violência nas relações de intimidade, particularmente, violência psicológica.

O IPE Comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos apresenta correlações estatisticamente significativas com o IVC Perpetração Total, o IVC Violência Física e o IVC Violência Psicológica, sendo assim, isto significa que os participantes que

têm comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos têm uma maior probabilidade de praticarem violência física e psicológica.

Por fim, não foram encontradas diferenças entre a variável sexo e as práticas educativas. Tendo em conta isto, não se realizou testes de diferenças entre estas duas variáveis uma vez que tivemos um número reduzido de participantes do sexo masculino a admitir perpetrar violência nas relações de intimidade.

Tabela 4. Tabela de Correlações

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
(1) ACE_total	1													
(2) ACE_Abuso	.857**													
(3) ACE_NEG	.789**	.570**												
(4) ACE_DISF	.762**	.401**	.460*											
(5) IVC_Perpetração Total	.355**	.315**	.259*	.275**										
(6) IVC_Violência Física	.284**	.257**	.193*	.224*	.869**									
(7) IVC_Violência Psicológica	.344**	.301**	.262*	.263**	.910**	.586**								
(8) IPE_Comportamentos Fisicamente Abusivos	.135	.065	.159	.124	.199*	.026	.304**							
(9) IPE_Comportamento Emocionalmente Abusivos	.038	.029	.048	.021	.118	-.021	.211*	.672**						
(10) IPE_Punição Física	.109	.136	-.015	.098	.307**	.105	.416**	.411**	.390**					
(11) IPE_Comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos	.218*	.164	.173	.189	.510**	.331*	.556**	.708**	.539**	.489**				
(12) Práticas Adequadas	.091	.033	.063	.130	.108	.035	.148	.204*	.254*	.443*	.273*			
(13) Práticas Inadequadas	-.054	-.013	-.104	-.037	.039	-.040	.098	.292**	.526**	.489**	.288**	.478*		

(14) SDRS-5_Total	.175	.112	.191*	.143	-.039	-.019	-.048	.083	-.112	-.025	.151	-.076	-.209*	
(15) Sexo	.062	.027	.048	.080	-.044	.005	-.076	.074	.110	-.029	.049	.145	-.048	.164

No que respeita às diferenças entre perpetradores e não perpetradores de VRI, os resultados dos testes *t* revelaram a existência de diferenças entre os grupos nos comportamentos fisicamente abusivos, $t(99)=-2.710$, $p=.008$, nos comportamentos emocionalmente abusivos, $t(99)=-2.222$, $p=.029$, na punição física, $t(99)=-.305$, $p=.001$, e nos comportamentos que podem ser fisicamente abusivos, $t(99)=-3.320$, $p=.001$. Assim, os perpetradores de VRI recorrem de forma mais frequente a comportamentos fisicamente abusivos, a comportamentos emocionalmente abusivos, à punição física e a comportamentos que podem ser fisicamente abusivos. Já nas práticas adequadas e nas inadequadas não se verificaram diferenças entre os grupos.

Tabela 5. Testes de Diferenças.

Variáveis	Perpetradores M (DP)	Não Perpetradores M (DP)	t	p	95% IC	d
IPE Comportamentos Fisicamente Abusivos	.26 (.16)	.48 (1.45)	-2.70	.008	[-.785, -.121]	-.63
IPE Comportamentos Emocionalmente Abusivos	.13 (.53)	.52 (1.23)	-2.22	.029	[-.735, -.041]	-.51
IPE Punição Física	1.49 (1.96)	3.0 (2.66)	-.31	.003	[-2.496, -.530]	-.70
IPE Comportamentos que podem ser fisicamente abusivos	.13 (.41)	.79 (1.59)	-3.32	.001	[-1.054, -.265]	-.78
IPE Práticas Adequadas	10.05 (2.43)	10.32 (2.46)	.48	.64	[-1.381, .846]	-.11
IPE Práticas Inadequadas	2.68 (1.88)	3.04 (2.11)	1.02	.43	[-1.244, .532]	-.18

Discussão

Este estudo teve como objetivos analisar a relação entre a perpetração de violência nas relações de intimidade por homens e mulheres e as práticas educativas adotadas, tendo também o intuito de compreender/analisar a relação entre a vivência de experiências abusivas na infância e adolescência e a perpetração de violência nas relações de intimidade na idade adulta bem como as práticas educativas adotadas.

A nossa primeira hipótese era que os perpetradores de violência nas relações de intimidade tendem a recorrer a práticas educativas mais desajustadas do que os não perpetradores. Nos resultados obtidos, esta hipótese confirma-se, uma vez que foi revelado haver diferenças entre os participantes perpetradores e não perpetradores nos comportamentos fisicamente abusivos, nos comportamentos emocionalmente abusivos, na punição física e nos comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos. Isto significa que os perpetradores têm uma maior tendência para utilizar estes comportamentos como prática educativa do que os não perpetradores. De facto, a literatura refere que homens (pais) perpetradores de violência nas relações de intimidade estão mais propensos a utilizar práticas educativas negativas para com os seus filhos (Peled, 2000), e que, muitas vezes, também perpetram violência contra estes (Cannon et al., 2019). Para além disto, existe evidência empírica que refere que estes perpetradores podem arranjar forma de comprometer o bem-estar das crianças, utilizando a manipulação ou sendo negligentes para com eles (Rothman et al., 2007). Num estudo de Krishnakumar et al. (2000) é mencionado que o conflito parental está associado a uma parentalidade menos positiva, em que estes progenitores utilizam uma disciplina mais rigorosa para com os seus filhos.

No que respeita à segunda hipótese (i.e., verifica-se uma correlação positiva entre as experiências adversas na infância e adolescência e a adoção de práticas educativas inadequadas na idade adulta para com os filhos), os resultados mostram que as experiências adversas na infância e adolescência, ou seja, o abuso físico, emocional e sexual, negligência e disfunção, se correlacionam de forma significativa com as subescalas de punição física e comportamentos que podem ser fisicamente abusivos. Isto significa que os participantes que tiveram experiências adversas na infância e adolescência têm uma maior probabilidade de recorrerem à punição física e a comportamentos que podem vir a ser fisicamente abusivos como prática parental educativa. Estes resultados são corroborados pela literatura que aponta

para a existência de relações entre a experiência de maus-tratos em criança e o recurso a práticas educativas abusivas (e.g., Fulu et al., 2017). Aliás, as duras práticas parentais por parte de pais ofensores parecem associar-se ao facto de as suas mães também terem utilizado estas mesmas práticas com eles (Fulu et al., 2017).

Quanto à terceira hipótese, ou seja a existência de diferenças entre os géneros, feminino e masculino, na forma como estes praticam a sua parentalidade, não foi possível testar a hipótese atendendo ao número reduzido de homens perpetradores que participaram no estudo ($n = 2$). Ainda assim, os testes de correlação não demonstraram a existência de correlações entre o género dos participantes e o recurso a práticas parentais desajustadas (ou mesmo ajustadas). Mais uma vez, esta ausência de correlações pode dever-se ao facto de a presente amostra ser constituída por um número reduzido de homens. Outra explicação pode ser que realmente não existe diferenças entre géneros, e que tanto as mães como os pais perpetradores podem utilizar estratégias abusivas com os filhos como prática parental.

Relativamente à quarta hipótese (i.e., há uma relação entre as experiências adversas na infância e adolescência e a perpetração de violência nas relações de intimidade), os resultados do presente estudo permitiram corroborar a mesma, uma vez que as experiências adversas (i.e., ACE) estão correlacionadas de forma significativa com a perpetração de violência, física e psicológica, nas relações de intimidade. Isto significa que os participantes que experienciarem mais experiências adversas na infância e adolescência têm uma maior tendência para perpetrarem violência na idade adulta. A literatura menciona que as crianças que testemunharem violência entre os seus pais podem estar mais propensas a experimentar ou perpetrar violência na idade adulta (Fulu et al., 2017). Osofsky (2003) revela que as crianças aprendem por aquilo que observam, ou seja, ao estarem expostas a violência, elas vão aprender ou achar que este tipo de comportamentos é aceitável e permitido. Tal pode levar a que estas crianças, mais tarde, na idade adulta, repliquem estes comportamentos violentos com outras pessoas, por acharem que é normal e permitido. Este autor também menciona que muitas vezes as crianças não conseguem perceber como é que os próprios pais são capazes de as colocarem em perigo quando as deviam proteger (Osofsky, 2003).

Contributos e limitações

Este estudo contribuiu para uma maior compreensão sobre como a violência nas relações de intimidade, em concreto na figura do perpetrador, pode impactar a forma como os progenitores exercem a sua parentalidade. Para além disto, este estudo revela-se inovador,

uma vez que existem poucos estudos que se debruçam sobre a perpetração de VRI e o seu impacto na parentalidade, pois a maioria foca a vítima de VRI e o modo como a vitimação por VRI pode influenciar o exercício da parentalidade.

No que diz respeito às limitações, é de referir o facto de na nossa amostra ser reduzida e constituída maioritariamente por participantes do sexo feminino (88.6%), impedindo, desta forma a generalização dos resultados a toda a população. Outra limitação é o facto deste estudo utilizar apenas instrumentos de autorrelato e, por isso, mais permeáveis a fenómenos de desejabilidade social. De facto, tendo em conta os valores acima do ponto médio no SDRS-5 parece que os participantes tenderam a responder de forma socialmente desejável. Devido a isto, seria importante, em estudos posteriores, realizar estudos qualitativos que sejam mais focados nas perceções que os perpetradores têm acerca das suas práticas educativas. O facto de apenas se ter utilizado testes de diferenças e correlações pode ser considerado uma limitação, uma vez que se fossem realizadas outro tipo de análises os resultados poderiam ser diferentes. Por fim, o facto deste estudo ter sido realizado em tempo de pandemia COVID-19 pode também apresentar-se como outra limitação, isto porque, o estudo foi realizado via online e ter conseguido partilhar os questionário através de plataformas digitais. Se tivesse sido realizado presencialmente teríamos a oportunidade de chegar mais perto das pessoas e dar a conhecer, de uma melhor forma, o estudo.

O facto deste estudo investigar a perpetração de VRI pode auxiliar nas questões da parentalidade uma vez que existem poucos estudos que englobam a perpetração de violência nas relações de intimidade e a forma como estes indivíduos praticam a sua parentalidade. Tendo em conta o que foi mencionado acima, este estudo pode ter implicações ao nível da prevenção uma vez que fornece informações sobre como os perpetradores tendem a aplicar estratégias abusivas como prática parental. Desta forma, o presente estudo chama a atenção para a necessidade de mais investigação com perpetradores de violência nas relações de intimidade e a sua parentalidade, uma vez que existem estudos que revelam que estes progenitores sentem uma quantidade significativa de vergonha, culpa e remorsos quando têm noção do mal que podem ter causado aos seus filhos (Fox et al., 2001).

Tendo em conta a intervenção, este estudo fornece, também, um alerta para que se comece a intervir cada vez mais com os perpetradores de violência, isto porque, muitas vezes, as crianças sentem uma grande necessidade de se relacionarem com os progenitores, mesmo que estes perpetrem violência (Stover, 2013).

Em suma, do presente estudo resultou que perpetradores de VRI tendem a utilizar mais práticas abusivas com os seus filhos do que os não perpetradores e que vivenciar experiências adversas na infância e adolescência se relaciona com o recurso a estratégias abusivas como prática educativa. Para além disto, conseguiu-se perceber que vivenciar experiências adversas na infância e adolescência se correlaciona com a perpetração de violência nas relações de intimidade.

Este estudo é inovador uma vez que são poucos os estudos que investiguem a relação entre a perpetração de violência em relações de intimidade e as práticas educativas parentais. Para futuros estudos, seria interessante fazer-se um estudo qualitativo para se perceber melhor as perceções dos perpetradores em relação às suas práticas educativas. Seria também interessante, utilizar uma amostra maior e com mais homens para se perceber, realmente, se existem diferenças entre géneros, pois seria interessante compreender se os homens e as mulheres perpetradoras exercem de forma diferente (ou não) a sua parentalidade.

Referências

- Burnette, C. E., Ferreira, R. J., & Buttell, F. (2015). Male parenting attitudes and batterer intervention: Assessing child maltreatment risk. *Research on Social Work Practice*, 27(4), 468–477. doi:10.1177/1049731515579202.
- Cannon, C., Ferreira, R. J., Buttell, F. (2019). Differences and Similarities between Male and Female Intimate Partner Violence Perpetration and Parenting Attitudes. *Journal of Evidence-Based Social Work*, 16(4). 442-459. <https://doi.org/10.1080/26408066.2019.1625094>
- Chiesa, A. E., Kallechey, L., Harlaar, N., Ford, C. R., Garrido, E. F., Betts, W. R., Maguire, S. (2018). Intimate partner violence victimization and parenting: A systematic review. *Child Abuse & Neglect* 80, 285-300. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.028>
- Chung, E. K., Mathew, L., Rothkopf, A. C., Elo, I. T., Coyne, J. C., & Culhane, J. F. (2009). Parent attitudes and infant spanking: The influence of childhood experiences. *Pediatrics*, 124(2), 278 – 286. <https://doi.org/10.1542/peds.2008-3247>.
- Fox, G. L., Sayers, J., & Bruce, C. (2001). Beyond bravado: Redemption and rehabilitation in the fathering accounts of men who batter. *Marriage & Family Review*, 32(3-4), 137-163. http://dx.doi.org/10.1300/J002v32n03_08
- Fulu, E., Miedema, S., Roselli, T., McCook, S., Ling Chan, K., Haardorfer, R., Jewkes, R. (2017). Pathways between childhood trauma, intimate partner violence, and harsh parenting: findings from the UN Multi-country Study on Men and Violence in Asia and the Pacific. *Lancet Global Health*, 5, 512-22.
- García-Moreno, C., Zimmerman, C., Morris-Gehring, A., Heise, L., Amin, A., Abrahams, N., Montoya, O., Bhate-Deosthali, P., Kilonzo, N., Watts, C. (2014) Addressing violence against women: a call to action. *The Lancet*, 385 1685-1695. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61830-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61830-4)
- Gonzalez, T. C. (2019). The Effects of Adverse Childhood Experiences on Parenting Practices (*Doctoral dissertation, Andrews University, Behavioral Sciences Department*).

- Groves, B. M. (1999). Mental health services for children who witness domestic violence. *The Future of Children*, 9, 122–132.
- Guille, L. (2004). Men who batter and their children: an integrated review. *Aggression and Violent Behavior*, 9(2), 129–163. doi:10.1016/S1359-1789(02)00119-2
- Hassija, C. M., Robinson, D., Silva, Y., & Lewin, M. R. (2018). Dysfunctional parenting and intimate partner violence perpetration and victimization among college women: The mediating role of schemas. *Journal of family violence*, 33(1), 65-73. DOI 10.1007/s10896-017-9942-3
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child abuse & neglect*, 32(8), 797-810. doi:10.1016/j.chiabu.2008.02.004.
- Jeong, J. Adhia, A. Bhatia, A. McCoy, D. A. Yousafzai, A. K. (2020). Intimate Partner Violence, Maternal and Paternal Parenting, and Early Child Development. *Pediatrics*, 145(6). <https://doi.org/10.1542/peds.2019-2955>
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49(1), 25–44.
- Lange, B. C., Callinan, L. S., & Smith, M. V. (2019). Adverse childhood experiences and their relation to parenting stress and parenting practices. *Community mental health journal*, 55(4), 651-662. <https://doi.org/10.1007/s10597-018-0331-z>
- Langhinrichsen-Rohling, J., Selwyn, C., & Rohling, M. L. (2012). Rates of bidirectional versus unidirectional intimate partner violence across samples, sexual orientations, and race/ethnicities: A comprehensive review. *Partner Abuse*, 3(2), 199–230. <http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Levendosky, A. A, Huth-Bocks, A. C., Shapiro, D. L., & Semel, M. A. (2003). The Impact of Domestic Violence on the Maternal-Child Relationship and Preschool-Age Children's Functioning. *Journal of Family Psychology*, 17(3), 275-287. DOI:10.1037/0893-3200.17.3.275
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2007). Manual da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)

- [Manual of the attitudes toward marital violence scale (ECVC) and of the marital violence inventory (IVC)]. *Braga, Portugal: Psiquilíbrios Edições.*
- Machado, C., Gonçalves, M. M., & Matos, M. (2008). Manual da Escala de Crenças sobre Punição Física (E.C.P.F) e do Inventário de Práticas Educativas Parentais (I.P.E) (2^a ed.). *Braga: Psiquilíbrios Edições.*
- Margolin, G. (1998). Effects of witnessing violence on children.
- Massachusetts Coalition of Battered Women Service Groups. (1995). Children of domestic violence (Workingreport of the Children's Working Group). Boston: Author.
- Morris, A. S., Hays-Grudo, J., Zapata, M. I., Treat, A., & Kerr, K. L. (2021). Adverse and Protective Childhood Experiences and Parenting Attitudes: the Role of Cumulative Protection in Understanding Resilience. *Adversity and Resilience Science*, 1-12.
- Osofsky, J.D. (1999). The impact of violence on children. *The Future of Children*, 9, 33–49.
- Osofsky, J. D., & Thompson, M. D. (2000). Adaptive and maladaptive parenting: Perspectives on risk and protective factors.
- Osofsky, J. D. (2003). Prevalence of Children's Exposure to Domestic Violence and Child Maltreatment: Implications for Prevention and Intervention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3) 161-169.
- Pechorro, P., Nunes, C., Gonçalves, A., B., Jesus, N., S., & Simões, R., M. (2018). A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis-5: Validação numa Amostra Escolar de Jovens Portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica. RIDEP*, 52 (3), 15-25.
- Perel, G. Peled, E. (2008). The Fathering of Violent Men. *Violence Against Women*. *Violence against women*, 14(4), 457–482. DOI: 10.1177/1077801208314846
- Rothman, E. F., Mandel. D. G., Silverman, J. G. (2007). Abuser's Perceptions of the Effect of Their Intimate Partner Violence on Children. *Violence Against Women*, 13(11), 1179-1191. 10.1177/1077801207308260
- Salisbury, EJ. Henning, K. Holdford, R. (2009). Fathering by Partner-Abusive Men. *Child Maltreatment*, 14(3), 232–242. 10.1177/1077559509338407

- Sani, A. I. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex-aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18, 123-133.
- Sani, A. I., & Cunha, D. M. M. D. (2011). Práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(9), 429-437.
- Simmons, C. A., Lehmann, P., & Dia, D. A. (2010). Parenting and women arrested for intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(8), 1429–1448. <http://dx.doi.org/10.1177/0886260509346064>.
- Silva, S. & Maia, A. (2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da história da adversidade na infância). Psiquilíbrios Edições.
- Smith, S.G., Zhang, X., Basile, K.C., Merrick, M.T., Wang, J., Kresnow, M., Chen, J. (2018). The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2015 Data Brief – Updated Release.
- Stover, C. S. Horn, P. V. Turner, R. Cooper, B. Lieberman, A. (2003). The effects of father visitation on preschool-aged witnesses of domestic violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 18, 1149–1166. DOI: 10.1177/0886260503255553
- Stover, C. S. Horn, P. V. Lieberman, A. F. (2006). Parental Representations in the Play of Preschool Aged Witnesses of Marital Violence. *Springer Science + Business Media*, DOI 10.1007/s10896-006-9038-y
- Stover, C. S. Spink, A. (2012). Affective awareness in parenting of fathers with co-occurring substance abuse and intimate partner violence. *Journal of Advances in Dual Diagnosis*. 5 (2), 74-85. DOI 10.1108/17570971211241903
- Stover, C. S. (2013) Fathers for Change: A New Approach to Working with Fathers Who Perpetrate Intimate Partner Violence. *J and Acad Psychiatry Law*, 41 (1), 65-71.
- Swan, S. C., & Snow, D. L. (2006). The development of a theory of women's use of violence intimate relationships. *Violence against Women*, 12, 1026–1045. doi:10.1177/1077801206293330
- World Health Organization (2017). Violence against women: Key facts. Retrieved from <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>

